



## DIRECÇÃO GERAL DO PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

**Termos de referência – Consultores nacionais para apoiar a elaboração da proposta de documento da estratégia nacional de financiamento da saúde visando a cobertura universal da saúde**

### 1. Introdução

O Governo de Cabo Verde estabeleceu como prioridade a sustentabilidade do sector da saúde e está empenhado na definição de uma estratégia de financiamento da saúde que conduza à cobertura universal da saúde, incluindo os mecanismos para a sua execução e seguimento.

O sistema de saúde em Cabo Verde tem tido uma evolução muito positiva. A esperança de vida do país posiciona-se entre as três melhores da África Subariana, consequência de decréscimos importantes na mortalidade infantil e na mortalidade geral. Não obstante os bons resultados, o sistema de saúde não está isento de pressões e desafios de curto e médio prazo. Os serviços materno-infantis ainda não alcançaram a meta da cobertura universal, com lacunas que superam mais de 20% da população alvo em alguns casos. Acresce que, tanto o número das evacuações para o exterior do país, como o seu custo total têm apresentado um crescimento significativo durante a última década, situação que exerce pressão nas necessidades de financiamento. De igual forma, os défices na afectação e distribuição dos recursos interpelam para a necessidade de contratar mais pessoal de saúde e construir mais estruturas de saúde, nas localidades com acesso limitado aos recursos de saúde.

Ao avaliar em perspetiva a situação do país, tudo indica que Cabo Verde está num momento ótimo para introduzir as mudanças requeridas ou reformas para melhorar o desempenho do sector da saúde e assegurar a sua sustentabilidade financeira. O Bónus Demográfico abre uma porta para fortalecer as finanças do seguro social, uma vez que a maioria da população está em idade de trabalhar e contribuir positivamente para a segurança social. As doenças crónicas, por seu lado, ainda não alcançam níveis que possam pôr em risco o sistema e, as finanças públicas e do INPS são positivas. É, portanto, um bom momento para discutir o financiamento da saúde.



O estudo sobre as Estratégias de Financiamento do Sector da Saúde em Cabo Verde, realizado em 2012/2013 pelo Ministério da Saúde (MS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) com o apoio técnico conjunto da OIT e da OMS aponta para a necessidade da reforma do modelo de financiamento de saúde, para garantir o acesso universal ao pacote de cuidados de saúde e benefícios, no contexto do Piso de Proteção Social e da Cobertura Universal da Saúde promovidos respectivamente pela OIT e OMS.

O relatório do estudo contém 7 capítulos, nomeadamente:

- O capítulo 1 apresenta os fundamentos conceptuais para a análise do tema de financiamento para o sector da saúde.
- O capítulo 2 analisa os fatores ambientais que podem afetar a geração de recursos para o sistema.
- O capítulo 3 considera as principais tendências observadas no desempenho do sector saúde, particularmente em termos de evolução dos recursos, serviços fornecidos e resultados.
- O capítulo 4 estuda as principais tendências que caracterizam o financiamento sanitário a partir dos conceitos de recolha de recursos, pool de risco e uso dos fundos.
- O capítulo 5 centra-se na estimativa das despesas que experimentaria o sistema de saúde se fosse de cobertura universal. Nesse mesmo capítulo, a análise inclui a estimativa das transferências do INPS para o Ministério de Saúde e descreve um mecanismo para a sua atualização periódica.
- O capítulo 6 estima uma série de fontes alternativas de financiamento que permita às autoridades, com decisão política, conhecer as possibilidades de obter recursos para alcançar a cobertura total.
- Finalmente, no capítulo 7 disponibiliza-se uma listagem de opções de políticas que poderão ser desenvolvidas e discute-se sobre a forma de implementar as distintas medidas sugeridas.

O Ministério da Saúde irá criar, por resolução governamental, uma Comissão Técnica Interministerial para acompanhar a definição e implementação da Estratégia Nacional de Financiamento do Sector Saúde com vista à cobertura universal da saúde.

A estratégia será um documento conciso (cerca de 35 páginas) e irá basear-se no relatório do estudo realizado em 2012/2013 e terá o seguinte conteúdo:



- A visão de longo prazo – Horizonte 2020
- Objetivos e princípios orientadores da estratégia visando a cobertura universal
- Intervenções prioritárias/cobertura universal
- Calendário de implementação
- Riscos potenciais
- Indicadores e plano de seguimento e avaliação visando a cobertura universal

A OMS continuará a fornecer o apoio técnico ao Ministério da Saúde na implementação do roteiro sobre as reformas no financiamento da saúde, visando a cobertura universal da saúde e neste âmbito serão recrutados dois consultores nacionais para a elaboração de uma proposta para o documento de estratégia, nos termos acima descritos. Os consultores trabalharão sob a supervisão do ponto focal da OMS para políticas e sistemas de saúde. A DGPOG validará e seguirá o processo de recrutamento, a metodologia e processos de trabalho e os produtos da consultoria.

## 2. Objectivo geral

Fornecer uma assistência técnica especializada ao Ministério da Saude para a elaboração de um documento de estratégia nacional de financiamento da saude, visando a cobertura sanitaria universal, e de um plano de acção, incluindo seguimento e avaliação, para sua implementação, com base no estudo das estratégias de financiamento do sector da saúde de 2013.

Esta actividade enquadra-se no plano das intervenções do país do programa da OMS/Luxemburgo de reforço do diálogo político para 2013-2015. O diálogo e a implicação de todas os intervenientes no financiamento e prestação de serviços de saude deverão ser assumidos pelos consultores. Igualmente, os consultores deverão ter em consideração as resoluções/decisões nacionais e internacionais com relevância para o financiamento da saude e a cobertura sanitaria universal.

## 3. Tarefas e produtos especificos

1. Os consultores nacionais deverão apresentar uma proposta de trabalho calendarizada e com repartição de responsabilidades para aprovação superior;
2. Seguimento regular com o ponto focal da OMS e com a DGPOG na implementação do plano de trabalho e para a apresentação dos produtos;



3. Entrevistar pessoas-chave, representativas, de todos os intervenientes no financiamento da saúde;
4. Consultar a documentação e legislação nacional relevante e as resoluções e publicações actuais do Sistema das Nações Unidas sobre a matéria;
5. Apresentação dos produtos à Comissão para recolha de subsídios e validação.

**Produtos específicos:**

1. O documento de Estratégia incluirá, nomeadamente os seguintes produtos específicos:
  - Proposta técnica sobre fontes inovadoras de financiamento da saúde;
  - Programa abrangente de ganhos de eficiência;
  - Arquitectura do sistema nacional de financiamento de saúde.
2. O plano de acção incluirá, nomeadamente os seguintes produtos específicos:
  - Reforço institucional;
  - Sistema de informação financeira;
  - Plano de seguimento e de avaliação de financiamento de saúde visando a cobertura universal.

**4. Modalidades de trabalho, perfil dos consultores**

Os dois consultores serão recrutados por um periodo de 45 dias, em regime de disponibilidade plena. Trabalharão no escritório da Representação da OMS em Cabo Verde, sob a supervisão do ponto focal de políticas e sistema de saúde.

Os perfis requeridos são os seguintes:

- Um consultor com licenciatura/mestrado em Economia, com pelo menos 5 anos de experiência nas Finanças Públicas e política macroeconómica;
- Um consultor com licenciatura em ciências sociais, médicas ou económicas e mestrado/doutoramento em Economia de Saúde.



Ambos deverão ter capacidade e experiência comprovada na investigação, elaboração e redacção de políticas, estratégias e planos na área de economia e finanças.

#### 5. Local de trabalho

Escritório da OMS na Praia, Cabo Verde.

#### 6. Remuneração

Um contrato será assinado com cada um dos consultores, de acordo com as modalidades e a tabela de remuneração da OMS para os consultores nacionais.

#### 7. Documentos

- Carta de manifestação de interesse
- Curriculum Vitae
- Proposta de execução

#### 8. Prazo

Os documentos devem ser entregues na DGPOG do Ministério da Saúde em carta fechada até o dia 11 de Julho do corrente ano, para o seguinte endereço:

Palácio do Governo, Av. Cidade de Lisboa

C.P. 47, Praia, Santiago - Cabo Verde.

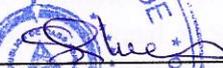
#### 9. Informações

Para mais informações e esclarecimentos contactar o telefone:

2610128

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde na Praia, 01 de Julho de 2014.

A Directora Geral,



---

Serafina Alvés

